

28-04-2021

# Turismo, Capitalismo e Pandemia (II)

## Erick Zickwolff

[Mestre em Turismo pela UFF. Docente da Faetec-RJ.  
Turismólogo da Prefeitura de Macaé/RJ]

Quando percebemos e admitimos que o turismo é um fenômeno moderno e, além disso, que é indissociável do sistema capitalista de produção, desvelamos sua limitação temporal na História e definimos um objeto de estudo mais preciso, ainda que complexo. Este foco permite que abandonemos uma série de experiências, viagens e deslocamentos humanos que não devem ser tratados como turísticos, ainda que com que eles tenham similitudes diversas. Terminamos nosso primeiro texto caracterizando o turista como alguém que vem “de fora”, que realiza uma viagem, que experimenta o estranhamento e o encantamento no lugar aonde chega - de livre e espontânea vontade -, além de estar mais vulnerável devido ao desconhecimento do cotidiano local e de ser percebido como “forasteiro”. Todavia, deixamos de fora um detalhe muito importante para que uma pessoa possa, de fato, assumir esse papel: Dinheiro. Só participa como turista na atividade turística aquela pessoa que possui recursos econômicos para tal, ou que seja financiada por alguém.

Por ser “filho” do Capitalismo, o turismo precisa do dinheiro para se alimentar, crescer e se desenvolver.

Aliás, ele é considerado como um “motor” da economia mundial, fonte de empregos e de distribuição de renda. Acontece que a esmagadora maioria dos trabalhadores das atividades turísticas recebe baixos salários e muitos deles atuam de maneira informal, sem qualquer garantia de direitos trabalhistas. Assim, estão expostos cotidianamente – como serviçais e meros espectadores – a experiências que muito dificilmente poderão experimentar alguma vez em suas vidas – enquanto turistas. Em casos específicos, como no turismo de luxo, jamais o farão. Então, quando uma pessoa não é turista, nem pode utilizar o espaço público para realizar atividades de lazer, como podemos defini-la? O capitalismo possui uma boa acepção: “excluída”.

Excluir é, aliás, um dos verbos que ele mais gosta de conjugar. Segundo dados da Organização Mundial do Turismo (OMT), referentes ao ano de 2015, aproximadamente 85% da população mundial não têm acesso ao turismo internacional - viagens turísticas realizadas em países diferentes daquele da origem do turista - como uma opção de lazer.

Quando se fala em turismo doméstico - viagens turísticas de residentes em seu próprio país - no Brasil, aproximadamente 75% da população fica de fora.

E elas fazem isso porque não desejam viajar?

Algumas possivelmente sim, mas a grande maioria simplesmente não tem condições financeiras para tal.

O turismo é uma atividade exclusivista, cujo acesso é restrito a uma pequena parcela da humanidade.

Há quem defenda a existência de um chamado “Turismo Social”, que consistiria, em teoria, na facilitação do acesso ao turismo às pessoas que não possuem condições financeiras para tal. Digo em teoria porque, ao analisarmos alguns dos exemplos mais divulgados deste tipo de ação – como as colônias de férias do SESC ou as excursões montadas com pessoas em situação de rua, organizadas por ONGs ou grupos de extensão universitária - percebemos que estão longe de atender a alguns dos critérios básicos do turismo, como a liberdade de escolha do destino a ser visitado, do tipo de acomodações e meios de transportes utilizados, do tempo de permanência no destino e nas opções de alimentação, o que fica patente no caso do SESC, em que tudo isto é predeterminado. Obviamente, a questão da “liberdade de escolha” do turista está sempre condicionada e limitada ao poder aquisitivo daquele que, efetivamente, pode arcar com uma viagem turística.

Já o caso das excursões com moradores de rua é ainda mais problemático, uma vez que, além de não proporcionar aos atendidos pela ação mais do que a visita a alguns poucos atrativos turísticos, além de um meio de transporte que os leve até lá e os traga de volta e um lanche simples, ainda os expõem a situações constrangedoras. Eles passam a ser alvo de olhares curiosos, de comentários preconceituosos, da vigilância constante por parte daqueles que os acompanham e de agentes de segurança locais, o que, provavelmente, pode gerar ressentimentos, mágoa e até revolta nessas pessoas, sentimentos jamais evocados quando se pensa em desfrutar momentos de lazer.

Proporcionar a estas pessoas a oportunidade de conhecerem tais locais é algo que - se feito de forma planejada e executada com o cuidado de não ferir seus sentimentos - parece uma ação louvável, mas de difícil realização, devido ao abismo que separa a realidade de suas vidas e a das vidas daqueles que são, efetivamente, turistas. Ao invés de inclusiva, essa iniciativa pode se mostrar traumática. Portanto, chamar a isto de experiência turística é, a meu ver, “forçar uma barra”. Por outro lado, pensando friamente, o que torna tais espaços exclusivos para a utilização por apenas uma parte privilegiada da sociedade? Por que um morador de rua não pode simplesmente usufruir daquele espaço com a mesma naturalidade que o faz um estrangeiro endinheirado? Certamente não há uma lei que regulamente tais práticas, pelo contrário, há garantias constitucionais quanto ao direito de ir e vir de todo cidadão. Essas pessoas não são, também, cidadãs?

Em que sentido? Em qual contexto? Reflexões...

continua

Quanto ao lazer - que segundo a Constituição do nosso país e a Declaração Universal dos Direitos Humanos deveria ser um direito universal do cidadão -, é possível perceber a exclusão de parcelas significativas da população nos espaços públicos de fruição existentes, não apenas pela falta de recursos monetários, mas também pelo preconceito, pelo racismo estrutural, pela violência simbólica, pelo sentimento de não pertencimento inculcado forçosamente ao longo do tempo em seus inconscientes. Pessoas que são vistas como indesejáveis, ou como suspeitas, em função das roupas que vestem ou pela cor de sua pele. O Brasil, de forma geral, é um grande exemplo desta questão, bastando pensar nas populações periféricas de seus grandes centros urbanos, ou de suas áreas rurais.

**O próximo e último texto conectará o que foi até aqui exposto com o cenário da pandemia de Covid-19. ■ ■ ■**

*OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.*